

Bancos dificultam acordo com o Brasil

Banqueiro alemão adverte que os bancos credores estão mais fortes e deverão endurecer nas negociações com governo brasileiro

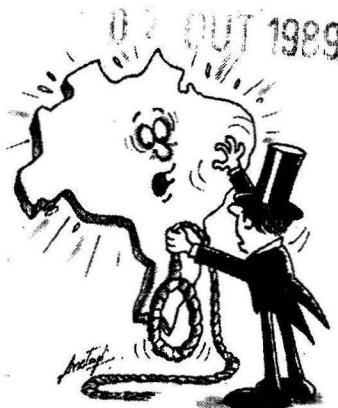
Saída extrava

JORNAL DA TARDE

Ao final da 44ª, assembléia anual do FMI-Bied, nem o Brasil nem os países em desenvolvimento têm o que comemorar. "Os bancos vão endurecer. Estão mais fortes à medida que aumentam suas reservas, como o J.P. Morgan, o Chase Manhattan e o Manufacturers Hanover" — afirma um especialista em dívida externa e profundo conhecedor do Brasil, Horst Tiedemann, gerente-geral do **Deutsch-Sudamerikanische Bank**, de Hamburgo, que pertence ao grupo **Dresdner**, um dos três maiores na Alemanha.

Os países desenvolvidos e o próprio FMI não deixam por menos: já sabem que a dívida externa é exagerada, não vai ser paga integralmente e que é preciso agir. Isso foi dito com todas as letras por ninguém menos que o presidente dos Estados Unidos, George Bush, e o diretor-gerente do Fundo Monetário, Michel Camdessus.

O Brasil precisa prorrogar o prazo para o pagamento dos juros para receber US\$ 600 milhões dos bancos credores. No segundo semestre, o País acumulou US\$ 2,4 bilhões em atrasados, dos quais US\$ 1,6 bilhão com os bancos, e outros US\$ 800 milhões com instituições multilaterais ou bilaterais, como os países-membros do Clube de Paris. O atraso desvaloriza os títulos da dívida brasileira e portanto o próprio País. O deságio de 73% é exagerado. Acredita-se que os títulos brasileiros valem mais do que 27% do valor de face", explica o banqueiro. A se-



uir, o Jornal da Tarde publica a entrevista exclusiva com Horst Tiedemann:

JT — O ministro Maílson disse que pretende fazer com o FMI uma negociação semelhante à que Affonso Pastore havia feito em 1984, no fim do governo Figueiredo...

Tiedemann — Com Pastore era diferente porque havia Tancredo Neves. Só é possível falar com o FMI depois das eleições presidenciais de 15 de novembro ou após o segundo turno.

JT — O que espera do Plano Brady?

Tiedemann — Prefiro chama-lo de iniciativa Brady. O programa elaborado pelo Secretário do Tesouro dos EUA criou tanta expectativa que dificilmente viverá dias de satisfação. Enfim, Brady viu o estrago que fez. Foi um incentivo para que os países não paguem os juros.

JT — Qual é sua leitura sobre o aumento das reservas do Chase, Morgan e Manny Hanny?

Tiedemann — É para se li-

vrar da pressão do governo dos Estados Unidos, que quer a redução da dívida. Quanto maiores as reservas, mais independentes ficam das pressões do governo. Em 1987, com a moratória brasileira, os bancos fizeram uma ação semelhante. A independência não deixa os bancos à mercê dos governos ou dos devedores. Agora, a negociação vai endurecer.

JT — O Citicorp não elevou suas reservas?

Tiedemann — Mas é provável que o faça. A média das reservas subiu nos Estados Unidos.

JT — A dívida não poderia ser reduzida somente com a troca dos títulos velhos por bonds, num processo de securitização?

Tiedemann — Se você reduz só por bonds, os países ficam sem dinheiro para pagar os juros sobre esses bonds. Bush e Brady querem que os bancos emprestem mais. Mas os bancos não vão dar prejuízos aos seus acionistas. Não há uma saída fácil para retomar o fluxo voluntário de recursos. Ninguém reconhece prejuízo e dá dinheiro ao mesmo tempo.

JT — Mas afinal, os bancos não estão cansados de saber que a dívida vale menos, olhando para seus preços no mercado secundário?

Tiedemann — Uma coisa é fazer provisões, a outra é reconhecer o prejuízo nos livros. Se você faz as reservas e o devedor paga, o banco ganha duas vezes. Mas quando reconhece os prejuízos, caem os ativos e os lucros.

Fábio Pain